

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



**MINISTÉRIO PÚBLICO
PORTUGAL**
EM DEFESA DA LEGALIDADE DEMOCRÁTICA



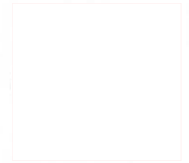
Tribunal Judicial de Portalegre

RELATÓRIO SEMESTRAL

Ano Judicial de 2018

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

Branca Maria Lima



RELATÓRIO SEMESTRAL - Índice

I. Introdução

II. ESTADO DOS SERVIÇOS

II.1 MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO

II.2 TÉCNICOS DE JUSTIÇA

III-QUALIDADE DA RESPOSTA

A. Criminalidade geral

A.1 Objectivos processuais

A. 2 Utilização dos mecanismos de consenso e diversão

A.3 Comparação da actividade processual do MP entre juízos locais

A. 4 Julgamentos nos juízos locais


A.5 Julgamentos no Juízo Central Criminal

B. Jurisdição laboral

C. Jurisdição de família e menores

D. Redes de violência doméstica

IV. Conclusões



I-INTRODUÇÃO

Nos termos do disposto no art.º 101º, nº 1, alínea b) da LOSJ compete ao Magistrado do Ministério Público Coordenador “*elaborar um relatório semestral sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta*”.

No presente relatório far-se-á uma análise sucinta sobre o estado dos serviços e a qualidade da resposta, delegando-se para o relatório anual uma análise mais pormenorizada da actividade processual da comarca, com base nos elementos globais então determinados.

II. ESTADO DOS SERVIÇOS

II.1 QUADRO DE MAGISTRADOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO:

1.No presente semestre o quadro de magistrados do Ministério Público esteve preenchido conforme se descrimina no quadro que segue:

Juízos locais	Magistrados
Elvas	4 Procuradoras-adjuntas até 10 de Maio de 2018 3 Procuradoras-Adjuntas desde 11 de Maio de 2018

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Nisa	1 Procurador-Adjunto até 8 de Janeiro de 2018
Ponte de Sor	2 Procuradores-Adjuntos
Portalegre	3 Procuradoras-Adjuntas
Fronteira	1 Procuradora-Adjunta
Juízos Centrais	2 Procuradores da República

Devido à ausência ao serviço da magistrada que estava a assegurar o serviço de Nisa, Dr^a Rute Miguéis, o serviço tem vindo a ser assegurado, desde 8 de Janeiro de 2018, pelas senhoras Procuradoras-Adjuntas colocadas no juízo local de Portalegre, Dr^{as} Maria de Fátima Coelho, Cátia Sofia Bértolo Neves e Vera Lúcia Costa, conforme ordens de serviço n^{os} 2 e 4 de 2018, da coordenação de Portalegre, obtida que foi autorização do CSMP para o efeito.

Em 11 de Maio de 2018 a Dr^a Maria Almeida, Procuradora-Adjunta do Quadro Complementar, que estava colocada na Procuradoria de Elvas a assegurar os julgamentos da área criminal atribuídos ao Dr. Miguel Ferreira, bem como o despacho de inquéritos, foi colocada noutra comarca.

Foi então necessário distribuir o serviço por todas as restantes magistradas de Elvas, nos termos constantes da OS n^o 5/2018.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Quadro necessário

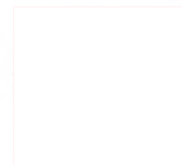
A comarca de Portalegre é uma das três únicas comarcas do país onde não existe especialização nas áreas de família e menores, cível e comércio.

Abrange 15 concelhos, cada um com uma CPCJ.

Para além da interlocução com cada uma destas CPCJ, do acompanhamento e visitas a 6 casas de acolhimento de crianças e jovens, os magistrados colocados nos Juízos locais têm ainda de assegurar a sua presença em reuniões dos CMS sempre que convocados em cada um dos 15 concelhos.

O volume processual da comarca onerado com a falta de especialização e com o trabalho de representação do MP junto da comunidade, imporiam, tal como já resultou de um estudo da PGR e vem sendo assinalado em relatórios anteriores, que o quadro de procuradores-adjuntos fosse alterado prevendo-se no mínimo a colocação de 12 magistrados nos Juízos Locais, assim repartidos:

Elvas	4
Fronteira	1
Ponte de Sor	2
Portalegre	4
Nisa	1



II.2. QUADRO DE TÉCNICOS DE JUSTIÇA:

1- Quadro legal

As faltas de Técnicos de Justiça agravaram-se face ao relatado em anos anteriores.

Assim de 16 Técnicos de Justiça previstos na Portaria 93/2017, de 06.03, apenas estiveram em funções 14.

Juízos locais	Quadro legal	Em exercício de funções
Elvas	3 (1 Técnico de Justiça adjunto e 2 auxiliares)	4
Fronteira	2 Técnicos de Justiça-adjuntos, sendo um em Avis	1
Ponte de Sor	2 (1 Técnico de Justiça adjunto e 1 Técnico de Justiça auxiliar)	1
Portalegre	6 (1 Técnico de Justiça principal, 3	6

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

	Técnicos de Justiça adjuntos e 2 Técnicos de Justiça auxiliares)	
Nisa		1
Juízos centrais		1

Como vem sendo enfaticamente assinalado em relatórios anteriores, a falta de um Técnico de Justiça Principal em Elvas, que é o núcleo com maior número de inquéritos da comarca, é uma enorme lacuna na organização judiciária.

Tal falta de uma chefia que oriente, organize e distribua o serviço, vem sendo minorada com o prestimoso auxílio da Exma. Senhora Técnica de Justiça Principal de Portalegre.

Em Ponte de Sor verificaram-se notórias dificuldades resultantes da transferência, em Setembro de 2017, de um senhor Técnico de Justiça- adjunto para outro tribunal, sem que, no seu lugar, fosse colocado outro Técnico de Justiça- adjunto.

Também aí valeu o apoio de uma Escrivã- auxiliar, face ao não preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto.

Pese embora a ajuda da senhora Escrivã-auxiliar, é imperativo o preenchimento da vaga de Técnico de Justiça-Adjunto, para colmatar as

deficiências existentes.

Quadro necessário

Tal como já sendo assinalado em relatórios anteriores, é imperioso rever a situação dos serviços do Ministério Público de Elvas.

No demais, o quadro legal, desde que completamente preenchido, satisfaz as exigências de serviço normais.

III- QUALIDADE NA RESPOSTA

A. Criminalidade geral

No decurso do 1º semestre de 2018 deram entrada 2000 inquéritos. Findaram-se 2187, ficando pendentes 2701, 203 dos quais suspensos.

Foram proferidas 326 acusações, sendo 14 em Tribunal Colectivo, 164 em Tribunal Singular, 24 em processo abreviado, 58 com aplicação do artº 16º, nº 3 do C.P.P., 50 em sumaríssimo e 16 acusações particulares.

Foi proferido despacho de arquivamento em 1672 inquéritos.

A criminalidade participada no primeiro semestre do corrente ano

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

diminuiu 3% face a idêntico período do ano anterior.

A taxa de resolução processual teve um aumento de 116,8% para 119,50%, o que demonstra que houve uma maior recuperação de pendência em comparação com igual período do ano anterior.

1º SEMESTRE		
Inquéritos	2017	2018
Transitados	2808	2896
Entrados	2068	2000
		4896
Total	4876	
Findos	2176	2187
Suspensos	240	203

A.1 Objectivos processuais.

Para este ano judicial foram fixados, entre outros, os seguintes objectivos processuais:

“Reduzir o número de processos pendentes antes de 2016”

“Incrementar o uso de mecanismos de consenso e diversão: suspensões provisórias, processos abreviados e sumaríssimos”.

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Em 30/06/2018 mostravam-se pendentes 119 inquéritos instaurados antes de 2016 conforme mapa que segue:

Inquéritos anteriores a 2015	Inquéritos 2015	Juízos
14 (1 de 2009; 1 de 2011; 3 de 2013; 9 de 2014)	44	Elvas
2 (2 de 2014)	18	Portalegre
0	0	Nisa
7 (2 de 2013; 5 de 2014)	29	Ponte de Sor
2 (1 de 2007, e 1 de 2014)	3	Fronteira

No decurso do presente semestre houve pois uma evidente recuperação de processos que se mantinham em investigação com prazos razoáveis claramente ultrapassados e que agora se cifram em 4,4% da totalidade dos inquéritos pendentes em 30/06/2018.

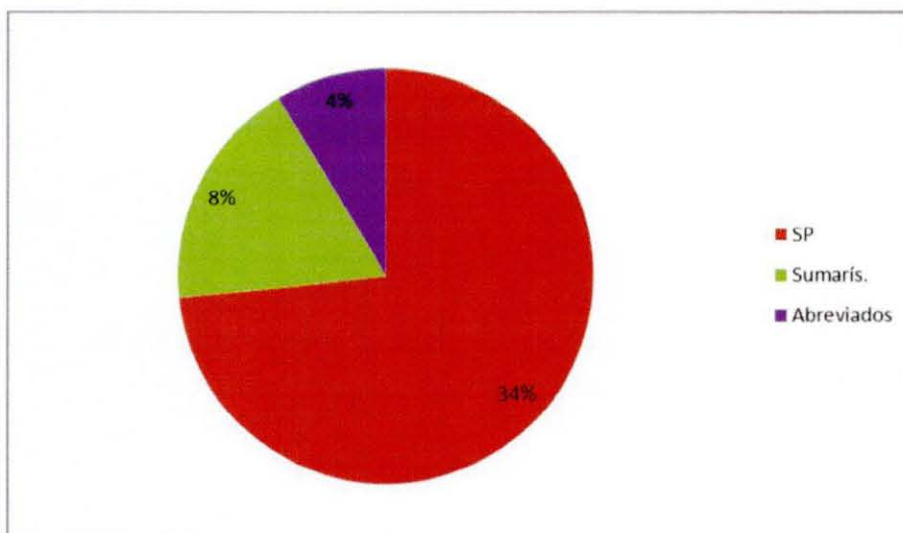
A.2 Utilização dos mecanismos de consenso e diversão

No decurso do semestre atingiu-se uma percentagem total de 46% do total da indicição na utilização dos mecanismos de consenso e diversão, ligeiramente superior à do ano transacto em que se atingiu o valor de 44% da indicição, conforme discriminado no gráfico que segue:

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>



Mecanismos de consenso e diversão

A.3. Comparação da actividade do Ministério Público entre Juízos locais

No essencial, a criminalidade participada diminuiu em quase todos os juízos, apenas tendo sofrido um aumento no Juízo local de Elvas, tal como decorre dos mapas que se seguem:

1º Semestre de 2018			
Unidades orgânicas	2017	2018	Diferença
Elvas	791	847	+ 7%
Fronteira	279	233	-16,5%

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Nisa	120	111	-7,5%
Ponte de Sor	334	307	-9%
Portalegre	544	502	- 7,7%
Totais	2068	2000	

A.4 JULGAMENTOS NOS JUÍZOS LOCAIS:

Nos 5 juízos locais - Elvas, Fronteira, Ponte de Sor, Portalegre e Nisa - e no decurso do 1º semestre de 2018, foram julgados 271 inquéritos em processo comum singular; 64 em processo sumário; 64 em processo sumaríssimo e 15 em processo abreviado.

A.5 JULGAMENTOS NO JUÍZO CENTRAL CRIMINAL:

No decurso do semestre judicial, foram movimentados 60 processos comuns colectivos (44 na fase de julgamento), tendo sido julgados 14, sendo 12 com condenação e 2 com absolvição.

B.JURISDIÇÃO LABORAL

Deram entrada 89 processos de acidente de trabalho, tendo-se finalizado 95.

Foram interpostas 10 acções de impugnação judicial em processo de contra-ordenação.

C.JURISDIÇÃO DE FAMÍLIA E MENORES

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Foram instaurados 56 processos de promoção e protecção, tendo-se findado 57.

Em 30 de Junho de 2018 mostravam-se pendentes 89 processos de promoção e protecção.

Deram entrada 49 processos tutelares educativos, tendo-se finalizado 40.

Em 30 de Junho de 2018 mostravam-se pendentes 60 inquéritos tutelares educativos.

Entraram nove averiguações oficiosas de paternidade e finalizaram-se seis.

D. REDES DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

A 24.01.2017 foram assinados dois protocolos para uma estratégia de combate à violência doméstica e de género, com a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, as 15 câmaras municipais do distrito de Portalegre, a Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, o Centro Distrital de Segurança Social de Portalegre, a procuradoria da Comarca de Portalegre, a Delegação Regional do Alentejo do Instituto de Emprego e Formação Profissional, a Direcção-Geral dos Estabelecimentos Escolares – Direcção de Serviços da Região Alentejo, a Direcção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Administração Regional de Saúde do Alentejo, as 15 CPCJ do distrito, o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana de Portalegre, o Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública de Portalegre, o Instituto

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

Politécnico de Portalegre, a Federação dos Bombeiros Voluntários de Portalegre, a Associação Portuguesa de Apoio a Vítima e a Cruz Vermelha Portuguesa.

Tais redes tiveram já reuniões, com a presença do Ministério Público, para delinear formas e objectivos de articulação e de actuação.

A signatária participou, como oradora, numa acção de formação organizada pela PSP de Portalegre, subordinada ao tema “Crimes contra animais de companhia”, bem como numa acção organizada pela Escola Superior de Educação e Ciências Sociais de Portalegre do Instituto Politécnico de Portalegre, subordinada ao tema “Educação e Protecção de Jovens e Crianças em risco”.

IV- Conclusões

1. Os objectivos processuais definidos para o corrente ano judicial têm vindo a ser alcançados, sendo agora residual o número de processos anteriores a 2016.
2. A criminalidade participada, em relação ao mesmo período de 2016, diminuiu em todos os juízos, à excepção de Elvas, onde se verificaram aumentos de 7%.
3. Houve um incremento dos mecanismos de consenso e diversão na

Tribunal Judicial da Comarca de Portalegre

Procuradoria da República – Coordenação

T: 245 302 272 - <http://comarca-portalegre.ministeriopublico.pt/>

ordem dos 2%.

4. O número de processos em que foi deduzida acusação correspondeu a 14,9% do total de processos findos.

5. A taxa de resolução processual teve um aumento de 116,8% para 119,50%.

Portalegre, 13 de Julho de 2018

A Magistrada do Ministério Público Coordenadora

(Branca Maria Lima)